

# EL PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO MEDIADOR DE LA EDUCACIÓN LIBERADORA

THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT AS MEDIATOR  
OF THE LIBERATING EDUCATION

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO MEDIADOR  
DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA.

MARIA CÉLIA BORGES DELBERIO  
marcelbor@gmail.com  
mariacelia@pontal.ufu.br  
Universidad Federal de Uberlândia  
Campus Pontal, Ituiutaba, MG  
Brasil

Fecha de recepción: 22 de febrero de 2007  
Fecha de aceptación: 7 de junio de 2007



## Resumen

Planteamos una discusión acerca del Proyecto Político-Pedagógico (PPP), atendiendo a los aspectos legales, su origen, su importancia, su función formadora y transformadora, así como a los obstáculos que se interponen procurando desviar el PPP de su misión y de su puesta en práctica. También discutimos la necesidad de un proyecto colectivo, en el sentido de reestructurar la escuela para que pueda atender la diversidad de alumnos del sistema escolar, y en consecuencia, aceptar el desafío de hacer una escuela más inclusiva. El PPP es mediador de la democracia escolar y una herramienta capaz de incrementar la calidad de la educación si es asumido colectivamente por todos los integrantes de la escuela.

**Palabras clave:** proyecto político-pedagógico, calidad de la enseñanza, democracia

## Abstract

*We raise a discussion about the Political-Pedagogical Project (PPP), regarding its legal aspects, origin, importance, educational and transformational function, as well as the obstacles that get on its way deviating it from its mission and practice. We also discuss the need of a collective project, in the sense of restructuring school so it can service the diversity of students in the school system, and consequently, accepting the challenge of making a more inclusive school. The PPP is a mediator of school democracy and a tool capable of increasing the quality of education if it is assumed collectively by all school members.*

**Key words:** political-pedagogical project, quality of teaching, democracy

## Resumo

*Colocamos uma discussão sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP), considerando os aspetos legais, sua origem, sua importância, sua função formadora e transformadora, bem como os obstáculos que se interpõem tentando desviar o PPP da sua missão e da sua posta em prática. Também discutimos a necessidade de um projeto coletivo, no sentido de re-estruturar a escola para ela poder atender a diversidade de alunos do sistema escolar, e em conseqüência, aceitar o reto de fazer uma escola mais inclusiva. O PPP é mediador da democracia escolar e uma ferramenta capaz de incrementar a qualidade da educação se for assumido coletivamente por todos os integrantes da escola.*

**Palavras chave:** projeto político-pedagógico, qualidade do ensino, democracia



O

presente artigo explicita o conteúdo do quarto capítulo da tese de doutorado, do Programa de Educação/Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apresentada em dezembro de 2007 e que se intitula “Escola Pública, Currículo e Educação Emancipadora: o projeto político-pedagógico como mediação”.

Neste, discutimos o Projeto Político-Pedagógico (PPP), apontando a sua legalidade, sua origem, a sua importância, a função formadora e transformadora, bem como os obstáculos que se entrecruzam procurando desviar o PPP de sua importante missão e a sua viabilização prática. Discutimos também, a necessidade de um projeto coletivo, no sentido de reestruturar a escola para que possa atender à diversidade de alunos presentes no sistema escolar e, conseqüentemente, aceitar o desafio de se construir uma escola mais inclusiva.

Legalmente, a Constituição Federal de 1988 trouxe, em seu capítulo dedicado à Educação, a gestão democrática do sistema de ensino público como princípio norteador da igualdade de condições de acesso à escola e garantia de padrão de qualidade. Ainda, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) foi outorgado pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e no Art. 14, no inciso II garante a “I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”.

Antes, no Art. 13, a LDB determina que “Os docentes incumbir-se-ão de: I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (...)”. Assim, muitas vezes, não é por livre escolha que as Instituições

Educaionais preocupam-se em construir os seus Projetos Político-Pedagógicos, mas sim por uma imposição da Lei. Da mesma forma, os docentes e toda a equipe escolar participam do processo antes, porque é dever legal, e não pelo simples desejo e/ou direito de exercer o seu papel de cidadão consciente e participativo.

Entretanto, o sistema nacional de educação não apresenta, ainda, o que consiste em um projeto articulado, unitário e orgânico da educação. A LDB mantém essa fragmentação, pois omite a perspectiva mais ampla do PPP que é o do seu caráter público, democrático e de inclusão social.

Sabemos que Projeto é um “projétil”: algo que se lança para frente, é um empreendimento a ser realizado dentro de determinado esquema. Em latim, Pro-jectu, é o participio passado de *prejicere* que significa exatamente lançar-se à frente. Assim, a vida de cada um de nós é um projeto, e nela produzimos e realizamos projetos, é um processo, algo que se faz e refaz continuamente buscando se aperfeiçoar e se desenvolver. E a escola, como um organismo vivo, é um projeto.

Nessa perspectiva, a escola se faz democrática se puder garantir a participação de todos, através de sua gestão e por um documento denominado Projeto Político-Pedagógico. A “Escola, como um organismo vivo, é um projeto. (...) Seu projeto educativo é o de fazer da vida dos educandos um projetar-se para a frente.” (...) viver é projetar-se para um outro modo de ser.” (CASALI, 2004, p 3). E o “projeto” deve explicitar a cultura, os anseios, os sonhos e as utopias do grupo ou da comunidade. Só assim terá sentido colocá-lo em prática, efetivando-se como um guia que orienta as mudanças e as transformações para o aperfeiçoamento do trabalho escolar.

Podemos dizer que o Projeto é Político, pois conta com o processo de envolvimento de várias pessoas e com a participação de todos os segmentos da escola e, inclusive a colaboração da comunidade/bairro, na decisão de ações que efetivem princípios que são estabelecidos com vista à obtenção de objetivos esperados na educação escolar. E, sendo esta democrática, faz-se importante o desenvolvimento de habilidades, cuidados que sustentem relações humanas sustentadas por trocas interativas e saudáveis.

O projeto é também eminentemente Pedagógico, porque todo o processo de participação coletivo educa para a cidadania, a consciência política, a autonomia, a troca e a parceria. Ensina o sujeito, sobretudo, a falar, a se posicionar, a reivindicar, a palpitar, a interferir, portanto, a ser sujeito ativo, crítico, participativo e capaz de interferir num determinado contexto. Como ato educativo que se institui não apenas na escola, como também na família, nos movimentos sociais e outros



grupos organizados por pessoas que intencionalmente “misturam” suas vidas com a educação. É importante ressaltar que todo ato pedagógico deve ser dialógico com a sociedade onde se desenvolve com a leitura de mundo para o qual se pretende educar e ainda com a concepção de homem que se quer educado.

Assim, acreditamos, como SEVERINO (1998) que a

*Instituição escolar se dá como lugar do entrecruzamento do projeto coletivo da sociedade com os projetos pessoais e existenciais de educandos e educadores. É ela que viabiliza que as ações pedagógicas dos educadores se tornem educacionais, na medida em que os impregna das finalidades políticas da cidadania que interessa aos educandos. Se, de um lado, a sociedade precisa da ação dos educadores para a concretização de seus fins, de outro, os educadores precisam do dimensionamento político do projeto social para que sua ação tenha real significação como mediação do processo humanizador dos educandos. (p. 81).*

Nesse prisma, para a construção do PPP é imprescindível todo um processo de planejamento coletivo, que carece de tempo, disposição, conhecimento didático/metodológico/ pedagógico e, sobretudo, utopia, esperança e desejo de mudança.

Como resultado desse processo de planejamento, temos o plano, que é o documento escrito que serve para a articulação entre os fins e os meios. Assim, ele ordena, realimenta e modifica todas as atividades pedagógicas, tendo em vista os objetivos educacionais e, conseqüentemente, a melhoria e o aperfeiçoamento do trabalho da equipe escolar. Para a construção do PPP, deve-se vivenciar todo um processo de planejamento. Neste, deve-se considerar o instituído, aquilo que já existe concretamente – a legislação, o currículo, os conteúdos e métodos de ensino, a equipe escolar – e também o instituinte da cultura escolar, uma vez que cria objetivos, instrumentos e procedimentos novos, valores e modos de agir, almejando o aperfeiçoamento e a construção de uma nova escola. Expressa, portanto, sinteticamente, os desejos e as propostas dos educadores que atuam na escola.

A elaboração de projetos com finalidades educativas, estabelece perspectivas e valores, contendo as aspirações da comunidade global e em torno das quais se faz acordos e consensos. Sempre é imbuído de características ideológicas e políticas, e por isso, carece de um longo tempo para o seu desenvolvimento. Necessita de uma programação que favoreça, de um lado, a viabilização prática e, de outro, a superação de teorias irreais e utópicas.

Assim, o Projeto Educativo é o plano global da Instituição que, no âmbito educacional, visa resgatar o sentido humano, científico e libertador do Planejamento.

Por conseguinte, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) pode ser entendido como um plano global da instituição escolar. Ele é amplo e incorpora as diferentes perspectivas da escola. Trata-se de um processo de Planejamento Participativo que, não sendo definitivo, aperfeiçoa-se e concretiza-se na caminhada. É um documento teórico-metodológico que registra um processo vivenciado e em reconstrução, para a intervenção e mudança da realidade. Estando dentro de um processo de transformação e, portanto, de mudanças, é “um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição(..)”.(VASCONCELLOS, 2000, p. 169).

Um projeto exige compromisso e responsabilidade com as ações e implementações novas. É ruptura com o velho e compromisso com o novo. Precisa ter bem claro onde se deseja chegar e que tipo de homem se pretende formar. Nesse sentido, Romão e Gadotti (1994) apud (PADILHA, 2005, p. 44) definem o Projeto Político-Pedagógico nestes termos:

*É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como um situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção que se deriva de respostas a um feixe de indagações tais como: que educação se quer e que tipo de cidadão se deseja, para que projeto de sociedade? A direção se fará ao se entender e propor uma organização que se funda no entendimento compartilhado dos professores, dos alunos e demais interessados em educação.*

Portanto, para a escola ter uma direção a seguir e poder perseguir seus objetivos e alcançar metas, é necessário planejar o conjunto de ações a serem realizadas. A concepção pedagógica explicitada revela o perfil do cidadão que se pretende formar. Só assim é possível controlar o rumo pretendido e manejar a história, com consciência do que faz e do que pretende fazer. Por isso, o

*Projeto Pedagógico Escolar é a oportunidade de a Escola tomar-se nas mãos, e definir por si, coletivamente, participativamente, os seus compromissos junto aos alunos, junto a suas famílias. Essa é a forma de realizar de modo mais acabado o seu caráter cultural, democrático e educativo, junto à Comunidade. (CASALI, 2004, p. 4)*

Assim, o Projeto Político Pedagógico orienta o processo de mudança, direcionando o futuro pela explicitação de princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor



organizar, sistematizar e dar significado às atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Além do mais, a sua dimensão político-pedagógica pressupõe uma construção coletiva e participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares. A presença maciça das famílias é importantíssima, para que possam dizer a sua voz e apresentar que tipo de escola desejam para seus filhos. Na experiência de participação na construção do PPP

*as pessoas ressignificam suas experiências, refletem sobre suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, explicitam seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação. (PADILHA, 2003, p. 13).*

Na construção do PPP é preciso partir da prática social, tendo o estudo do cotidiano escolar como base para orientar todo o processo, que deve estar voltado para a solução dos problemas teóricos e práticos da educação, do currículo e do processo ensino-aprendizagem na escola. A gestão escolar, a organização da Instituição e toda a comunidade escolar devem trabalhar com o objetivo comum de garantir que a escola cumpra a sua função social.

Ao conceber o Projeto Político Pedagógico há necessidade de se considerar princípios teóricos e metodológicos, lembrando sempre que a educação escolar tem como função específica a formação do homem para a convivência em uma sociedade onde os desafios são constantes, razão pela qual a mesma não pode deixar de garantir o acesso aos instrumentos de produção científica, cultural, técnica e política.

Na construção do PPP faz-se necessário enfrentar o desafio da mudança na organização do trabalho pedagógico, questão a que se atrela a proposição de um currículo.

Todo esse processo amplo de discussão, debate, trocas e interações, também fazem parte do Currículo da escola, pois, entendemos que “toda a Escola é um organismo vivo, tudo o que se passa dentro dela “ensina”, e todas as pessoas que a compõem são permanentemente afetadas e “ensinadas”... (CASALI, 2004, p. 2). Nessa perspectiva, a nossa concepção de currículo implica pensar a escola como totalidade orgânica e não como um instrumento burocrático, estático e engavetado. Como se organiza formalmente a escola e a tudo o que está em curso na escola, damos o nome de Currículo.

O PPP tem que considerar e, sobretudo, interferir e aprimorar o Currículo escolar, tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho pedagógico desenvolvido na

escola, que deve ser sempre voltado para um ensino de maior qualidade, que atenda às necessidades e aspirações da classe menos favorecida.

Por tudo que já foi dito, é inegável o valor do PPP para as instituições escolares. Trata-se, pois, de uma exigência legal, mas, sobretudo, é um instrumento capaz de garantir o avanço no processo de democratização da escola, bem como da conquista de maior autonomia, tendo em vista a busca da melhoria da qualidade do ensino para escola pública popular.

Na construção do PPP é preciso partir da prática social, tendo o estudo do cotidiano escolar como base para orientar todo o processo, que deve estar voltado para a solução dos problemas da educação, do currículo e do processo ensino-aprendizagem na escola. A gestão escolar, os diferentes pedagogos, professores e pessoal auxiliar da administração da Instituição e toda a comunidade escolar devem trabalhar com o objetivo comum de garantir que a escola cumpra a sua função social.

Considerando que o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser construído em função de uma educação escolar que compreenda as diversas interferências e interesses que perpassam a sociedade, nele devem estar contidos pressupostos que assegurem meios que sustentem uma instituição de cultura, de socialização do saber, de ciência, técnicas e artes produzidas socialmente.

Elegemos como necessário entender que é no espaço da escola que se dá a unidade do processo educativo, unidade impossível de ser concretizada de forma democrática e efetiva, apenas por força de legislação.

Por isso, a proposta de um Projeto Político Pedagógico apresentada por educadores brasileiros é a expressão de suas convicções sobre a necessidade de organização da escola por meio de intencionalidades claramente postas em defesa de uma escola realmente democrática. São questões apontadas como resultado de reflexões, investigação, autocrítica e o entendimento de que a escola só pode chegar à consecução de objetivos humanizadores da educação se abrir espaço para que nela ocorra um processo participativo de vivência de um projeto social democrático, que no cotidiano da mesma concretizem-se em valores e abram caminhos para a autonomia por meio de uma prática que considere o tempo histórico em que acontece.

Reafirmando, Veiga (2001, p. 13) diz que o processo de construção do PPP propicia o debate e a discussão, permitindo aos professores fazerem uma reflexão acerca da concepção da educação e sua relação com sua prática pedagógica, com a sociedade e com a escola, o que leva também à reflexão sobre o homem a ser formado, a



cidadania e a consciência crítica. Assim, coletivamente, a consciência crítica será despertada, junto ao desejo de se construir uma nova realidade. A discussão e a reflexão crítica leva a refletir sobre (...) “o papel dos homens no mundo e com o mundo, como seres da transformação e não da adaptação.” (FREIRE, 1983, p. 136).

Mais do que nunca, os professores devem estar atentos, ler, estudar, discutir as questões sociais, compreender as ideologias e intenções do projeto neoliberal, pois, a docência ou o exercício da prática educativa exige, por parte dos educadores, “uma atenta e constante vigilância frente aos riscos da ideologização de sua atividade, seja ela desenvolvida na sala de aula ou em qualquer outra instância do plano macrosocial do sistema de educação da sociedade”. (SEVERINO, 1998, p. 86).

A democratização da sociedade brasileira e, especificamente, a da educação, dar-se-á não apenas pela garantia de acesso à escola, mas também da permanência e do sucesso do educando. A escola precisa cumprir a sua função social. Sua “contribuição se consubstancia na instrumentalização, isto é, nas ferramentas de caráter histórico, matemático, científico, literário etc., cuja apropriação o professor seja capaz de garantir aos alunos.” (SAVIANI, 2005, p. 89).

A escola apresenta uma cultura, cujo conteúdo constitui-se como objeto de ensino. Além de participar como sujeitos ativos e autônomos na construção do PPP, os professores devem conhecê-lo inteira e completamente. Pois, ao dominá-lo, será mais fácil impedir que se desvie de seus propósitos. Assim, é preciso conhecer bem os contextos políticos externos e internos da escola, para podermos nos aproximar dos seus modos próprios de regulação/manutenção e também de transgressão/transformação, dos seus projetos de conformação/regulação e de emancipação/libertação.

A formação continuada dos professores, quando coletiva, junto com a diversidade representada pelos múltiplos segmentos sociais que compõe a escola, é também autoformação e mobiliza à reelaboração constante dos saberes que realizam em sua prática. Por isso no processo de construção do PPP, a escola se organiza num espaço de trabalho e de formação, o que garante a gestão democrática e participativa. Os educadores éticos, como intelectuais críticos, serão capazes de aprimorar e praticar o discurso da liberdade e da democracia, envolvendo toda a comunidade escolar.

Com a diversidade de representantes sociais participando da vida da escola, os professores certamente se sentirão mais fortes e apoiados pela sua comunidade, clamados a se comprometer cada vez mais com uma escola melhor. Por fim, a formação de professores reflexivos,

eticamente comprometidos com uma prática pedagógica de qualidade, convoca e envolve a participação da comunidade para um projeto humano emancipatório.

Acreditamos firmemente que o Projeto Político-Pedagógico é uma ferramenta importante que a escola dispõe para adensar a qualidade da educação para todos. Entretanto, sabemos também que no cotidiano das escolas evidencia-se uma distância entre o dito e o feito.

Percebemos que a implementação do Projeto Político-Pedagógico em grande parte das escolas, ainda não produziu os efeitos desejados com relação à qualidade de ensino. E, para justificar essa afirmação, elencamos alguns obstáculos que acreditamos estar dificultando o processo. Dentre esses, elencamos :

- A falta de vivência democrática dos brasileiros, que não sabem ainda usufruir a oportunidade de exercer a sua cidadania, participando, interferindo e mudando o rumo da história;
- Dificuldade de liderança para mediar o diálogo, garantindo a participação e o processo democrático, de modo a valorizar e aproveitar as diversas opiniões, idéias e ideais em jogo no coletivo de pessoas de cada escola;
- A rotatividade dos professores nas escolas que não permite a criação de vínculos e compromisso com a instituição e comunidade na qual estão inseridos;
- Falta a organização do tempo escolar visando favorecer o estudo, a discussão, o planejamento conjunto e a troca de experiência entre os pares. O sistema de ensino contrata o professor por hora-aula, o que dificulta o processo de planejamento;
- As limitações da formação docente, bem como a sua deturpada visão de mundo;
- A falta de valorização do trabalho docente, com baixa remuneração, levando o professor trabalhar de duas até seis diferentes escolas, o que representa uma sobrecarga de trabalho;
- Faltam aos professores as condições econômicas, físicas e emocionais para pesquisa, leitura e atualização constante;
- No processo e efetivação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, muitas vezes as relações e interações entre o grupo ainda são efêmeras, sem densidade, sem vínculo e, portanto, sem compromisso com o crescimento do grupo e a melhoria da escola;
- Faltam conhecimento e consciência clara para a maioria dos educadores sobre a importância e o significado do Projeto Político-Pedagógico; no sentido de construí-lo com entusiasmo, superando a cômoda idéia de apenas cumprir uma exigência burocrática e assumindo-o realmente o “projeto” que ilumina e orienta as transformações necessárias para a melho-



ria da qualidade de ensino da escola, com o compromisso e o envolvimento de toda a comunidade;

- Dificuldade em manter a coerência entre o sonho e a realidade da escola;
- A dificuldade em manter a continuidade dos esforços. Nem todos querem continuar a caminhada, por não compreenderem bem o processo ou por cansaço pela sobrecarga de trabalho;
- Falta de compromisso ético com a escola pública de boa qualidade, bem como a falta de entusiasmo, esperança e utopia no exercício da docência.

Assim, Marx no século XIX afirmou que os homens fazem a história, contudo, sob as condições que lhe são dadas.

*Seus novos intérpretes leram isso no sentido de que os indivíduos não poderiam de nenhuma forma ser os 'autores' ou os agentes da história, uma vez que eles podiam agir apenas com base em condições históricas criadas por outros e sob as quais eles nasceram, utilizando os recursos materiais e de cultura que lhes foram fornecidos por gerações anteriores. (HALL, 2005, p. 34-35).*

Acreditamos que a realidade, no interior e cotidiano das escolas, muitas vezes dificulta o processo de mudança. Tal realidade se materializa nos poucos recursos que têm sido aplicados na educação e no descaso dos governantes para garantir a sua qualidade.

Para reverter a situação, necessitamos também de muita vontade política, materializada em ações concretas no cumprimento dos compromissos assumidos junto aos eleitores. Que nossos governantes abracem o projeto de melhoria da escola e inclusão educacional não apenas no discurso político, mas, efetivamente, nas práticas e ações voltadas para a valorização dos docentes e da reestruturação da escola, vislumbrando a qualidade de ensino para todos. Discursos não são suficientes para provocar mudanças, carecemos de ações concretas urgentes, para melhorar a escola das vítimas do sistema capitalista.

A participação coletiva na escola, o papel da família, é importantíssimo. Contudo, é verdade que os pais vão muito pouco à escola. Quando vão, sua visita à escola tem como objetivo reclamar ou, mais comumente, ouvir reclamações sobre o comportamento ou sobre as notas – ou sobre o descaso pelos estudos - de seus filhos.

São chamados também quando as escolas organizam suas festas, cujo objetivo principal é a arrecadação de fundos para o caixa escolar, uma vez que as verbas recebidas não são suficientes para a manutenção das escolas.

Quando a criança não aprende, a família é chamada e advertida a dar mais apoio à criança, e, muitas vezes, os pais são intimados a ajudar a “ensinar” e fazer com que a criança aprenda. Nesse sentido, a escola muitas vezes delega aos pais o que é de sua competência. Normalmente, a escola coloca a culpa do fracasso da criança no descuido ou displicência da família ou em problemas hereditários e/ou emocionais, e levanta a hipótese ou supõe que a criança possui alguma patologia ou alguma doença que explique o seu “não aprender”. Quando isso acontece, normalmente encaminham a criança a uma avaliação diagnóstica, com laudo do psicólogo ou médico-neurologista, buscando confirmar as suspeitas patologias. Na maioria dos casos, a existência de patologias são descartadas. Contudo, dificilmente acontece o inverso: dos pais questionarem a escola do porquê ela não consegue ensinar da forma como o seu filho possa aprender.

Assim, como instituição superior, detentora da autoridade do saber, a escola muitas vezes culpa e humilha os pais, responsabilizando-os pelas suas próprias limitações.

Também é verdade, que as poucas oportunidades que são oferecidas às famílias para a participação na escola, essas são presenças sem brilho, que pouco interferem na vida da escola, transformado em indivíduos úteis para endossar/aprovar projetos, verbas e decisões anteriormente resolvidas.

Por isso é que quando os pais participam do colegiado, muitas vezes permanecem calados e concordam com tudo os que “os entendidos do assunto” resolvem. Por isso, faz-se necessário reestruturar e revigorar a administração dos colegiados escolares, procurando tornar realidade as idéias de representatividade e participação, principalmente dos pais e dos alunos.

Nesse aspecto, Padilha (2005) opina dizendo que a participação dos pais como também dos alunos deve “dar-se na programação de atividades, na coordenação de eventos intra e extra-escolares e no estudo da realidade. Eles devem vincular-se principalmente aos diversos colegiados existentes na escola, com o que estarão até mesmo consolidando a prática participativa”(p.74).

Na construção do PPP toda a equipe escolar deve assegurar a presença ativa da família, de forma que possa refletir, sugerir, apontar caminhos, questionar e participar da gestão democrática. Assim,

*Considerar a família como um segmento indispensável para a construção de um projeto político-pedagógico parece cada dia mais importante e necessário, inclusive porque as articulações da família com a escola se trans-*



*formam, assim como as novas estruturas que sustentam as relações familiares. (VEIGA, 2001b, p. 62)*

Nesse mesmo sentido, Paulo Freire (2005) diz que é impossível democratizar a escola, de verdade, sem escancarar as portas da escola “(...) à presença realmente participante dos pais e da sua própria vizinhança nos destinos dela. Participar é bem mais do que, em certos finais de semana, ‘oferecer’ aos pais a oportunidade de, reparando deteriorações, estragos nas escolas, fazer as obrigações do próprio Estado. (p. 127).

Muitas vezes os próprios pais se afastam da escola argumentando que não entendem de educação e que não sabem utilizar a linguagem da escola. Isso porque a escola usa uma linguagem muito distante da utilizada pelos pais e pelas crianças. Mas, também nesse sentido, Freire (2005) alerta que a escola não conseguirá ser democrática, de fato, se não conseguir superar os preconceitos “(...) contra as classes populares, contra as crianças chamadas ‘pobres’, sem superar os preconceitos de sua linguagem, sua cultura, os preconceitos contra o saber com que as crianças chegam à escola.” (p. 127). A escola deve considerar e respeitar a cultura da comunidade e, a partir daí, aprimorá-la e elevá-la à uma cultura mais sistematizada e elaborada.

Para superar essa situação de frágil participação dos pais e alunos nos rumos da escola e na construção de uma escola de melhor qualidade, Freire (2005) sugeriu a criação dos Conselhos Populares, pelos quais se tornaria “(...) possível que se dê em nível profundo uma real participação da comunidade de pais e de representantes de movimentos populares na vida inteira das escolas”. (p.48)

Lima (2002) afirma que para a construção de uma escola democrática para todos, aberta á diversidade sócio-cultural e promotora de uma educação multicultural, exige a participação dos pais e de outros setores comunitários. Todos juntos podem melhorar e permanecer na escola para reconstruí-la e aperfeiçoá-la sempre. Com o envolvimento de pais, mães ou responsáveis na vida e nas decisões da escola estarão, de fato, formando o aluno para o exercício da cidadania.

Os pais têm de ser tomados como colaboradores efetivos da escola, para os quais as portas devem estar sempre abertas. Sua presença deve ser sempre bem acolhida, bem como as suas queixas, sugestões, críticas e intervenções, tendo em vista, a concretização de uma escola democrática, participativa e de melhor qualidade.

Já é do nosso conhecimento que a política neoliberal tem delegado diferentes sentidos a muitas palavras e expressões que representam as categorias discutidas neste

texto. Dentre elas, citamos projeto, participação, democracia, equidade, qualidade, diversidade, e autonomia. Esta última, não deve ser confundida com participação, com autogestão e nem co-gestão, mesmo havendo alguns pontos comuns nessas expressões.

Podemos afirmar que os PPPs carregam consigo conflitos de valores de toda ordem, explicitando diferentes visões de mundo, crenças, afetos e significados, perante a diversidade dos atores nele envolvidos. Contudo, podemos dizer também que “os PPPs comportam conflitos de interesses (de grupos, classes) que emanam basicamente de duas lógicas distintas: a reguladora e a emancipadora”. (DE ROSSI, 2004, p. 14).

Nesse sentido Veiga (2001b) afirma que há projetos reguladores concebidos como instrumentos de controle por políticas públicas assentadas na lógica empresarial e que correspondem à economia competitiva de mercado, viabilizados por estratégias operacionais advindas de vários centros de decisão. Por isso, o projeto regulador está a serviço da concepção do planejamento estratégico, que valoriza mais o produto do que o processo e, assim, desarticula a existência dos conflitos, buscando novas formas de alinhamento, utilizando uma retórica gerencialista e discursos político-normativos para sustentar mudanças anunciadas. Acontece o mesmo na situação da gestão escolar.

Por isso, a mesma autora reafirmou em outra obra a importância de refletir sobre todas as relações existentes na escola e sobre as políticas alicerçadas na visão estratégica; e assim “(...) buscamos compreender os pressupostos que devem embasar a construção do projeto político-pedagógico da instituição educativa na visão emancipadora.” (VEIGA, 2001b, p. 46)

Nesse prisma, o PPP pode apresentar, de um lado, uma concepção teórica e prática que se coloca a serviço da manutenção da estrutura social desigual ou, por outro, trabalhar a favor da superação das desigualdades e em busca de uma escola de maior qualidade para todos.

A primeira concepção do projeto da escola localiza-se numa lógica estratégico empresarial, na qual, segundo VEIGA (2001b):

*As palavras de ordem passam a ser eficiência e custo, deslocando-se o eixo da discussão dos fins para os meios, propiciando a desqualificação do magistério, o atrelamento da escola aos interesses empresariais e do capital e o desvinculamento dos seus determinantes sociopolíticos. Trata-se, portanto, de um projeto político-pedagógico inserido no contexto de reestruturação do capitalismo. (p. 48, grifos da autora).*



Nessa perspectiva, a escola continua funcionando submissa aos valores do mercado, voltada para a formação de “clientes e consumidores”, com uma prática excludente e seletiva. Existem também, nessa escola, contradições entre o discurso democrático e o processo autoritário de tomada de decisões, entre os que pensam e os que fazem. O seu objetivo maior é garantir uma qualidade formal, que procura explicitar o desempenho da escola por meio de um planejamento tecnicista e considerado eficaz. Portanto, conserva as idéias da escola tradicional/tecnicista e mantém os valores da QT (qualidade total). Combina, também, perfeitamente, com os valores da orientação neoliberal.

Dentro desse modelo de gestão da escola tipo empresarial, focada no serviço do cliente e no produto, é que se justifica a concepção do plano de desenvolvimento da escola, mais conhecido como PDE. Este “(...) opera com base em quatro grandes separações do trabalho: o pensamento separado da ação; o estratégico separado do operacional; os pensadores separados dos concretizadores; os estrategistas separados das estratégias”. (VEIGA, 2001b, p. 47)

Diante desse contexto, precisamos refletir e agir criticamente para alterar e superar essa realidade. Sabemos que a falta de vivência democrática e a carência de visão crítica sobre o mundo, minimizam a visão de mundo dos excluídos e os tornam passivos diante de tantas adversidades. Assim, percebemos que:

A alienação do dominado e do dominador são de níveis diferentes. A do primeiro deriva do trabalho alienante e do tráfico ideológico; a do segundo é consequência da transformação da vida num mercado e de todos os valores em mercadorias. As aspirações, projeções e ideais das classes dominantes, no sentido de que a sociedade não mais se altere, seja terminal, faz com que as potencialidades transformadoras e, conseqüentemente, libertadoras fiquem obstaculizadas pelo lado desses segmentos sociais. (ROMÃO, 2002, p. 26).

A autonomia da escola, outorgada pela LDB, não passa, até o momento, de uma utopia. É mais uma alternativa da modernidade ou do sistema neoliberal para despolitizar o sistema, com discurso moderno e inovador, defende a inserção dos professores, os pais, os alunos e toda a comunidade local, num processo que se diz neutro. Segundo De Rossi (2004, p. 23) são artimanhas e táticas da estrutura de poder vigente, composta pelos grandes grupos econômicos, trabalhando com bases e apoios internacionais, cujo objetivo é recriar as instituições, privatizá-las e ampliar o lucro e o consumo em escala mundial.

Nesse prisma, Romão (2002) já alertava que o ideário neoliberal se apropria da literatura produzida pelo pensamento pedagógico progressista brasileiro, e como exemplo cita a Escola Cidadã frente ao projeto pedagógico neoliberal, sublinhando o

*(...) perigo das armadilhas da ideologia hegemônica que, ou desqualifica discursos e propostas diferentes ou alternativas aos seus, ou apropria-se das proclamações e dos projetos de maior appeal político do campo adversário, descaracterizando-as e deixando os confrontamentos sem bandeiras. (p. 97).*

Assim, o Projeto Político-Pedagógico também pode representar apenas uma via para a efetivação do ideário neoliberal. Nesse sentido De Rossi (2004, p. 51) diz que

*(...) é possível dizer que o primeiro aspecto da revolução da modernidade está ligado à difusão do projeto pedagógico e sua colocação no âmbito do Estado. A modernidade nasce como projeção pedagógica que consiste, ambigüamente, em um duplo desafio: a dimensão da conformação e a da libertação.*

Nesse sentido, entendemos que o PPP é um instrumento complexo e dialético, também contraditório, que caracteriza a educação do mundo moderno e permanece no centro da história moderna e contemporânea. Assim, se por um lado ele representa um objeto de transformação, por outro pode ser também instrumento de manutenção do status quo.

Por isso, é preciso que num projeto educacional, todas as pessoas da comunidade, precisam compartilhar suas intencionalidades, aprender a exercer sua cidadania por meio da participação efetiva e interventiva no contexto social. É preciso que coletivamente, com entusiasmo e esperança, seja construído um projeto coletivo, tendo em vista as transformações sociais. Assim,

*Mesmo quando as condições histórico-sociais de uma determinada sociedade estão deterioradas, marcadas pela degradação, pela opressão e pela alienação, como é o caso da sociedade brasileira, o projeto educacional se faz ainda mais necessário, devendo se construir então como um projeto fundamentalmente contra-ideológico, ou seja, desmascarado, denunciando e criticando o projeto político opressor e anunciando as exigências de um projeto político libertador. (SEVERINO, 1998, p. 82).*





Apesar da interferência da política neoliberal e de todas as limitações que se apresentam na nossa sociedade e, especificamente no cotidiano das escolas, reafirmamos a idéia de Paulo Freire que foi registrada em sua tese no ano de 1959, cujo título é Educação e atualidade brasileira, a qual é retomada por Romão (2002), e neste momento, por nós, na presente investigação. A superação dos obstáculos que se opõem à construção de um projeto de nação independente só seria possível com a assunção do processo de transformação social pelo povo. Mas, para tanto, esse nosso povo precisa de enriquecer a sua cultura, e se constituir dentro de um processo de conscientização crítica, que lhe permita enxergar outros horizontes e novas perspectivas. Somente a partir de um Projeto Político-Pedagógico “autêntico”, adequado ao atendimento das necessidades reais, por isso com autoria própria, estará “apoiado em condições históricas propícias” Freire (1959) apud (ROMÃO, 2002, P. 31).

O envolvimento de toda a comunidade escolar é importante porque o “homem só pode existir efetivamente na exata medida em que vai se relacionando com a natureza, através do trabalho; com a sociedade, através da prática social; e consigo mesmo, pelo cultivo da própria subjetividade” (SEVERINO, 1998, p. 84).

Nessa mesma perspectiva, reafirmamos com Paulo Freire e Romão a idéia de que é preciso que cada comunidade aprenda a fazer uma leitura crítica do mundo, o que implica uma análise das condições de vida dos dominados e a transformação de seu saber que, embora contenha substâncias espúrias da consciência do dominador, traz consigo virtualidades transformadoras. Assim, a tensão dialética utilizada por Paulo Freire e reafirmada por Romão (2002) se faz presente, pois, se por um lado, a massa dominada e excluída apresenta sintomas de opressão, alienação e inércia; por outro, carrega consigo, embora ainda adormecidos, virtudes de luta, de ousadia, de coragem para superar as condições desumanas e construir uma nova realidade.

Gramsci foi inspirado por Marx e, por isso, deu importância à escola e a concebeu como organização cultural dos trabalhadores, cuja finalidade maior seria a emancipação social e política das classes subalternas. Além disso, destacou a práxis inteligente do humano, como um novo princípio educativo de escola unitária para todos. Portanto, na perspectiva socialista, a cultura deve ganhar significado de direção intelectual e política para organizar as massas. Nesse sentido, pensamos em organizar o povo, no sentido de esclarecer-lhes as dúvidas, informar-lhes sobre as contradições desse mundo, no sentido de promover-lhes a uma visão clara e consciente do mundo, tendo em vista a libertação de toda forma de opressão e desumanização.

Sabemos que a escola constitui-se como um órgão de institucionalização das mediações reais para que uma intencionalidade possa se efetivar de forma concreta, histórica, para os objetivos de mudança e transformação, os sonhos e as utopias, não permaneçam no plano ideal, mas ganhem forma real, na práxis escolar que se estenderá à toda a sociedade.

O Projeto Político-Pedagógico foi pensado e faz sentido somente quando se constituir em um processo democrático de decisões, e preocupar-se em

*(...) instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão de trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2004, p. 14).*

Portanto, o Projeto é que vai indicar os novos caminhos e viabilizar as mudanças. Acreditamos, firmemente, que o Projeto é importante instrumento mediador e efetivador de transformações. Acreditamos que, com um projeto consistente, democrático e que representa de fato, o desejo de todos, é possível encontrar formas de driblar as distorcidas intenções do neoliberalismo. O projeto é, portanto, eficiente instrumento capaz de adensar uma transformação qualitativa na educação e, conseqüentemente, contribuir para a conquista de uma sociedade mais justa e humana.

Retomamos a idéia de que, por um lado, as instituições são reprodutoras porque existe o instituído, o que é dado, o real, o que já fora construído. Por isso, em seu bojo, a instituição já representa um desenvolvimento, pois já tem uma história de construção. Por outro, a instituição apresenta também a vertente de instituinte, que é a possibilidade de se re-fazer, se inovar e de se recriar. O desenvolvimento é, portanto, histórico. Acontece considerando o já instituído. É posterior a ele.

Por meio do Projeto Político-Pedagógico construído com a convicção coletiva de que esse é o caminho para a transformação, acreditamos que seja possível conquistar maior autonomia. Nesse sentido, a autonomia,

*(...) na escola cidadã, pressupõe, pois, a alteridade, a participação, a liberdade de expressão, o trabalho coletivo na sala de aula, na sala de professores, na escola e fora dela. A educação enquanto processo de conscientização (desalienação) tem tudo a ver com a*




*própria autonomia e, como esta se fundamenta no pluralismo político-pedagógico, garante a mudança possível no próprio sistema educacional e nos próprios elementos que o integram. (PADILHA, 2005, p. 67).*

Oportunamente, voltamos ao pensamento de Veiga (2001b) que nos coloca como alternativa uma outra possibilidade de concepção de PPP na escola, dentro de uma perspectiva da educação emancipatória, combinada com a idéia de escola cidadã de Paulo Freire. Nessa concepção emancipadora, diferentemente percebemos que é preciso superar a visão conservadora e extrapolar o centralismo burocrático. Isto pressupõe o

*(...) envolvimento de diferentes instâncias que atuam no campo da educação, além do coletivo da escola, na construção de seu projeto político-pedagógico, exprimindo sua intencionalidade pedagógica, cultural, profissional e construindo um modelo de gestão que podemos entender como democrático. (VEIGA, 2001b, p. 55)*

Nesse prisma, o processo democrático de gestão constituiria, de fato, o caminho para a construção de uma escola de maior qualidade de ensino. Nessa escola, tem de haver a participação efetiva da comunidade escolar e um trabalho coletivo e comprometido entre todos os segmentos escolares. Assim, a unidade entre a teoria e a prática estaria preservada, com o aperfeiçoamento constante da competência técnica, teórica e política, para todos os cidadãos que fazem e que se importam com a educação.

Por tudo isso, insistimos que devemos manter acesa a esperança e também reavivar a nossa utopia. Pois, conforme Paulo Freire nos ensinou, não podemos abandonar a ira diante das injustiças; nem a capacidade de indignação diante de tudo que desumaniza e, nem muito menos, perder a amorosidade com relação à vida, ao outro, e à construção – por meio de um projeto - de um mundo melhor.

Por isso, no próximo capítulo, vamos discutir a situação opressora em que nos encontramos, bem como a angústia e o desânimo que assolam nossos educadores. Contudo, propomo-nos a buscar enxergar possibilidades de superação de tal situação. Se temos um projeto, é porque desejamos ir além, seguir adiante, para conquistar uma nova realidade. Somos um vir-a-ser e a história está apenas no começo. Acreditamos que existe um caminho promissor. 

\* Maria Célia Borges Dalberio  
Doutora em Educação/Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é docente na Universidade Federal de Uberlândia, Campus do Pontal, Minas Gerais, Brasil.

\*\* Karl Marx chamou o povo dominado de “explorados”, Paulo Freire os denominou de “oprimido” (Pedagogia do Oprimido); Saviani de “dominados”; Dussel de “vítima” (Ética da Libertação). Todos são representados pelos pobres, que não podem usufruir da maioria dos bens socialmente produzidos, por isso são os excluídos da sociedade capitalista que os aliena, explora e desumaniza.

## Bibliografia

- Brasil. (1996) Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC.
- Casali, A. (2004). *Para a construção de um Projeto Pedagógico Escolar nas Escolas Integradas*, no Âmbito do Convênio UP – MINED. São Paulo: PUCSP. (mimeo).
- Freire, P. (1983). *Pedagogia do Oprimido*. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2005). *A Educação na Cidade*. 6. ed. São Paulo: Cortez.
- Hall, S. (2005). *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Lima, L. C. (2002). *Organização Escolar e Democracia Radical – Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.
- Padilha, P.R. , (2003). Projeto Político-Pedagógico. Caminho para uma escola cidadã mais bela, prazerosa e aprendente. In *Revista Pátio*. Ano VII, nº 25, fev/abr.
- Padilha, P.R. , (2005). *Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola*. 5. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. (guia Escola Cidadã; v. 7).
- Romão, J.E. (2002). *Pedagogia Dialógica*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire. (Biblioteca Freireana, 1)
- Saviani, D. (2005). *Escola e Democracia. Teorias da Educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 37. ed. Campinas, SP: Autores Associados. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 5).
- Saviani, D. (2000). *Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados.



## Bibliografía

- Severino, A. J. (1998). *O Projeto Político-Pedagógico: a saída para a escola*. In: Revista AEC, ano 27, n. 107, abr./jun.
- Vasconcelos, C.S. (2000). *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. 9. ed. São Paulo: Libertad.
- Veiga, I.P.A.; Resende, L.M.G. (2001). *Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico*. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus.
- Veiga, I.P.A. (2001b). *Projeto Político-Pedagógico: Novas trilhas para a escola*. In: Veiga, I.P.A.; Fonseca, M.(Orgs.) *As dimensões do Projeto Político-Pedagógico*. Campinas: Papyrus. (Col.Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- Veiga, I.P.A.(Org.) (2004). *Projeto Político-Pedagógico da escola. Uma construção possível*. Campinas: Papyrus. (Col. Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

# OPERACIONES PSICOLÓGICAS

Arma de guerra del imperialismo contra la revolución.

¿Por qué buena parte de lo partidarios de la Oposición están disociados?

Desde que se inicio el proceso revolucionario boliviano en 1999, lo venezolanos hemos vivido los rigores de la guerra que la oligarquía y el imperialismo emprenden cuando en pueblo decide en forma soberana por el camino de la liberación nacional y el socialismo.

Nos hemos enfrentado a crudas situaciones y a cambios en el comportamiento social que se activan cuando se libera la lucha de clases. Uno de estos fenómenos lo constituye lo que alguno especialistas en las ciencias psicológicas han denominado con el termino de "Disociación Psicótica" (DPs), lo cual consiste en una serie de aliteraciones mentales, emocionales y conductuales que hemos observado fundamentalmente en los sujetos que se oponen al proceso revolucionario.

Este "síndrome" ha estado presente desde la elección presidencial de 1998 que llevo a Hugo Chávez al poder, pero lo hemos visto plenamente activado durante los sucesos de 2002-2003 (golpe de estado, paro patronal y sabotaje petrolero),

durante los meses previos al referéndum de 2004, durante las elecciones presidenciales de 2006 y ahora recientemente con los acontecimientos generados a raíz del cese de la concesión de la frecuencia 2 VHF a la empresa de televisión RCTV.

La condición de marxista y psiquiatra, me han permitido realizar una serie de observaciones y análisis socio político y psicológico con relación a este tema, los cuales abordaremos en el presente trabajo y en el cual analizaremos la DPs desde varias perspectivas.

### EL SÍNDROME DISOCIATIVO INDUCIDO

Para tener una aproximación al fenómeno de la DPs y que en mi estudio hemos decidido denominar como "Síndrome de Disociación Inducida" (SDI), debemos en primer lugar proceder a describir el fenómeno como un cambio integral de la personalidad, parecido a el estado de fanatismo, pero que a diferencia de este, se mantiene en forma perdurable en el tiempo, produciendo trastornos que alteran el funcionamiento vital y social del individuo afectado.

Para ayudar a formarse una idea del fenómeno, imaginemos lo que sentimos cuando nos encontramos en un stadium de futbol o beisbol, aupando a nuestro equipo preferido en un partido crucial contra del archirrival. Notamos que se produce un estado pasional, colectivo individual, caracterizado por cambios dramáticos en nuestra mente, emociones y conductas. Gritamos, saltamos, coreamos, hacemos burlas del adversario en lo que podríamos describir como un estado de éxtasis y delirio.

Si nuestro equipo gana o pierde, la euforia o la tristeza nos durar tal vez unas cuantas horas, en el peor de los casos un par

CONTINUACIÓN PÁGINA 626

